



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

SUZYELLE HENRIQUE DOS SANTOS

A REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL I

GUARABIRA-PB

2018

SUZYELLE HENRIQUE DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico racial na Educação Infantil, da UEPB/Campus de Guarabira, como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

**GUARABIRA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Suzyelle Henrique dos.
A representação da pessoa negra em livros didáticos do Ensino Fundamental I [manuscrito] / Suzyelle Henrique dos Santos. - 2018.
37 p. : il. colorido.

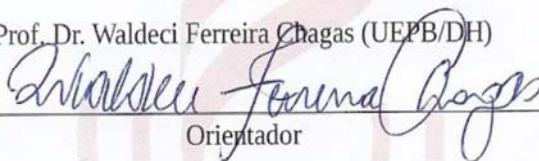
Digitado.
Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de Educação - CH."
1. Livro Didático. 2. Imagem. 3. Educação.
21. ed. CDD 371.32

SUZYELLE HENRIQUE DOS SANTOS

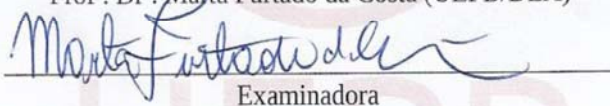
**A REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico racial na Educação Infantil, da UEPB/Campus de Guarabira, como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

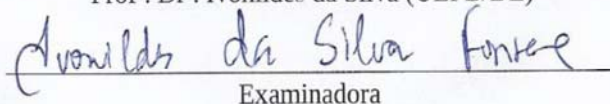
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH)


Orientador

Prof.ª Dr.ª Marta Furtado da Costa (UEPB/DLA)


Examinadora

Prof.ª Dr.ª Ivonildes da Silva (UEPB/DE)


Examinadora

RESUMO

Este trabalho tem como propósito analisar a representação das pessoas negras em livros didáticos de história do ensino fundamental I. Para tanto, foram selecionados os seguintes livros: **Novo Tempo**, escrito por Nemi, publicado em 1999 e o **Novo Girassol: saberes e fazeres do campo**, escrito por Tânia Moraes e Suely Almeida e publicado em 2014. Portanto, um livro publicado antes da Lei 10.639/2003 e outro depois dessa lei. Fizemos a leitura de ambos os livros no sentido de identificar as representações neles existentes enxergando se fogem ou não aos estereótipos com que geralmente pessoas negras são representadas. Para fundamentar a nossa análise recorreremos aos trabalhos de: Chagas (2010), Teixeira(2001), Silva(2008), Branco (2010), Pereira(2001), Freitas(2011), Jesus(2011), Oliveira(2012), Júnior(2012), Sá(2010), Branco(2010), Costa(2009), Leite(2010), entre outros. Concluímos que a utilização da imagem da pessoa negra no livro didático sempre esteve presente, no entanto, a partir a Lei 10.639/2003 esta imagem passou a ser exposta de forma mais positiva, mas, a educação igualitária ainda está em construção.

Palavras-chave: Livro didático, Imagem, Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A REPRESENTAÇÃO DO/A NEGRO/A NO LIVRO DIDÁTICO	10
CAPÍTULO II A LEI 10.639/03 E A ESCRITA DIDÁTICA DA HISTÓRIA	21
CAPÍTULO III A IMAGEM DA PESSOA NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

ÍNDICE

IMAGEM I

VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL.....30

IMAGEM II

CAPITÃO-DO-MATO DE RUGENDAS.....31

IMAGEM III

REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA.....32

IMAGEM IV

BAIANA PREPARA COMIDAS TRADICIONAIS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....33

IMAGEM V

VISTA DO VIADUTO SANTA IFIGÊNIA – SÃO PAULO.....33

INTRODUÇÃO

Durante toda a história das pessoas negras no Brasil o preconceito e a discriminação racial fizeram parte das suas vidas devido ao passado dos seus ascendentes, o que faz com que o comportamento preconceituoso da população brasileira com as pessoas negras seja visto como algo normal e natural. Embora muitos tentem negar a existência do preconceito e da discriminação racial.

Pensando essa questão no espaço escolar a situação se mantém visto que a cultura das pessoas negras, e indígenas são ocultadas nesse ambiente e quando são citadas, suas imagens são trabalhadas no campo da folclorização. No ambiente escolar é reproduzido o pensamento das classes dominantes, e nele as desigualdades são negadas, visto que o ensino universal é o que perdura e desprezam-se as particularidades próprias de cada região e cada pessoa. Desse modo o ensino acaba por reforçar e legitimar as desigualdades sociais.

As culturas diversas não podem ser ignoradas, uma vez que os alunos/as negros/as não se identificam com determinados ambientes ou até mesmo eles/as se sentem menosprezados, pelo fato da sua cultura ser ocultada e desprezada no currículo escolar. Assim, esse trabalho busca mostrar como a escola promove a invisibilidade da pessoa negra através dos materiais didáticos.

Para tanto, analisamos os livros didáticos destinados ao ensino fundamental I, são eles, a saber: **Novo tempo** de Nemi, publicado em 1999, e a **Coleção Novo Girassol**: saberes e fazeres do campo, escrito por Tânia Moraes e Suely Almeida e publicado em 2014. A perspectiva da análise é identificar se as imagens das pessoas negras em ambos os livros fogem aos estereótipos com que geralmente essas pessoas são representadas. Para transformar esse cenário, faz-se necessário a utilização de novas práticas pedagógicas que valorizem a cultura de cada povo, e assim busquem meios de superar as discriminações e os preconceitos raciais, pois é apenas por meio do conhecimento que se pode alcançar esse patamar.

Desta feita, a lei 10.639/2003 veio para contribuir com a construção do ambiente escolar democrático fundamentado na superação do preconceito e a discriminação por meio de uma educação que não valorize apenas as diversidades, mas, que, sobretudo, respeite as particularidades de todas as pessoas que compõem a sociedade brasileira.

Para melhor compreensão deste trabalho o dividimos em três partes. Na primeira de Título A produção historiográfica e a representação do negro/a no livro didático, discutimos a invisibilidade da pessoa negra no processo educativo, sendo uma construído durante toda a história da pessoa negra no Brasil e ainda busca-se perceber como o livro didático torna-se um transmissor de ideologia; No segundo capítulo A lei 10.639/03 e a escrita didática da História, nesse discutimos os avanços e permanências no cenário educacional após a implementação da Lei 10.639/2003 e no Terceiro e último capítulo A imagem da pessoa negra no livro didático foi analisados dois livros didáticos(um anterior e outro após a lei) buscando perceber se houve mudanças nos livros didáticos após a Lei.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A REPRESENTAÇÃO DO/A NEGRO/A NO LIVRO DIDÁTICO

1.1 A Invisibilidade da Pessoa Negra no Processo Educativo

Durante a história das pessoas negras no Brasil o preconceito e a discriminação racial fizeram parte das suas vidas devido ao passado dos seus ascendentes. Entretanto o comportamento preconceituoso da população brasileira com as pessoas negras é visto como algo normal e natural, muitos tentam negar a existência do preconceito e da discriminação racial, no entanto, algumas questões são cabíveis levando em consideração a condição da pessoa negra na sociedade brasileira, na qual se pode constatar o distanciamento entre pessoas brancas e negras, que se estabelece de certo modo, a possibilidade de privilégios ou até mesmo a construção de conceitos de superioridade e inferioridade entre as pessoas.

Essa concepção acompanha a vida das pessoas negras desde a mais tenra idade o que faz com que as crianças negras na escola tenham seu desempenho determinado pelo modo como são tratadas. Por que as crianças negras não se encontram ou não permanecem no ambiente escolar? Por que em pleno século XXI ainda cabe à pessoa negra em grande maioria o papel de subalternidade? Por que a maioria das pessoas que frequentam as universidades, posteriormente possuem curso superior e sobre tudo, em cursos de maior prestígio social, são brancas? Será que essas questões correspondem à realidade social do Brasil ou são apenas simples indagações, sem fundamento?

Sobre essas questões, Branco (2010) nos possibilita algumas constatações expostas em seu trabalho O negro no livro didático de história do Brasil para ensino fundamental II, da rede estadual de ensino, no Recife. De acordo com essa pesquisadora:

[...] podemos constatar [...] realidade, pois de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 2% do corpo dos discentes das universidades – públicas ou privadas – são formados por negros. Segundo estudo de 1999, baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre negros. Jovens brancos, aos 25 anos têm, em média 8,4 anos de estudos, enquanto negros da mesma idade têm, em média 6,1 anos (BRANCO, 2010, p.96).

Ainda sobre essa questão, essa pesquisadora, ainda afirma que:

Existem dados que comprovam que, no Brasil as oportunidades de trabalho não são as mesmas para brancos e negros, o que ajuda a derrubar o mito de que a pobreza do negro é resquício unicamente da escravidão (BRANCO, 2010, p 96).

As pessoas negras no Brasil ocuparam e ainda ocupam espaços sociais subalternos. Os lugares sociais ocupados por pessoas negras e brancas são denotativos da histórica relação desigual entre ambos os sujeitos, e encontra bases no conceito de raça, construído e sustentado ideologicamente. Embora o termo raça possa não existir biologicamente, o mesmo, fora construído ideologicamente, e no imaginário dos/as brasileiros/as está associado à condição das pessoas na sociedade. Este fato traz um viés político e ideológico que combina raça com a manutenção da condição de inferioridade da população não branca na sociedade brasileira.

O processo educativo no Brasil tem sua parcela de contribuição na manutenção dessa ideologia e por extensão na construção da imagem do ser negro na sociedade brasileira.

Nesse sentido, os métodos utilizados pela educação, fundamentados, sobretudo, no caráter eurocêntrico, tem ocasionado ao longo do processo histórico a invisibilidade das outras culturas que fazem parte da história do Brasil. Esta perspectiva educacional tenta se manter como algo comum e habitual na sociedade brasileira, no entanto, faz-se necessário que educadores/as, assim como gestores/as educacionais ampliem seus olhares sobre a educação e suas práticas e passem a implementar políticas públicas na área da educação que valorizem a história e a cultura das pessoas negras, de modo a superar os mecanismos sociais de invisibilidade a que tais sujeitos estão submetidos.

A invisibilidade, portanto, não deve ser analisada como fato natural e dado a priori, mas como elaboração sociocultural que é representada à realidade como uma realidade plena e natural. (PEREIRA; GOMES, 2001, p.135).

A invisibilidade das pessoas e das culturas negras, indígenas e outras que fazem parte da cultura brasileira, são sobre tudo concretizada por meio da ocultação, ou

seja, do silêncio permanente ao tratar-se da presença, dos agentes ativos socialmente, da intelectualidade entre outros fatores que fazem parte da trajetória desses sujeitos.

Todo ser é um ser social, ou seja, ao nascer à criança já se insere no meio e assim, constitui-se a socialização a todo tempo na vida das pessoas, no entanto, a instituição escola, tem um papel fundamental na formação social das pessoas, visto fazer parte da vida da maioria das pessoas desde a infância a fase adulta. Assim a escola tem a função de formar cidadãos e de lhes proporcionar os modos como os mesmos irão se enxergar e posicionar-se perante a sociedade, sobretudo, porque no ambiente escolar é reproduzido o pensamento das classes dominantes, e nele as desigualdades são negadas, visto que a perspectiva do ensino universal é o que perdura e nele desprezam-se as particularidades próprias de cada região e cada pessoa. Desse modo, o ensino acaba por reforçar e legitimar as desigualdades sociais. Acerca dessa questão Freitas e Jesus afirmam que:

Os currículos, os materiais pedagógicos, os programas, priorizam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnicos raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos, constantemente são omitidos ocultados ou apresentados na maioria das vezes de maneira que não causam conflitos com as ideologias dominantes. Assim as populações excluídas, tendem a privilegiar os valores da história e cultura oficial como verdadeiros, passando a renegar a sua verdadeira identidade. Tudo isto pode acontecer, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, negar uma oportunidade de reflexão e reelaboração (FREITAS; JESUS, 2011, p. 11).

Um currículo homogêneo que despreza as particularidades acaba por dificultar a vida e a permanência das pessoas negras nas salas de aula, uma vez que, a não identificação deles com o que é exposto e conduzido em sala de aula, acabam por ocasionar situações onde os alunos e alunas negros/as sejam caracterizados ou classificados como maus alunos/as, (que não querem nada com a vida, preguiçosos, desinteressados, burros entre outros termos pejorativos), fatos, que servem para distanciar ainda mais o aluno/a negro/a da escola, ou em caso da permanência, os mesmos nega - se como negro para adotar a cultura do outro, fato que ocorre devido o sistema adotado pela instituição escolar, reforçar assim a condição social de desigual dos sujeitos.

A existência da desigualdade e a condição da pessoa negra na sociedade brasileira dificultam as relações de igualdade entre pessoas brancas e negras. Esse

fenômeno não acontece apenas no campo econômico, mas, também racial, e com a dificuldade de se admitir este fato, os meios de comunicação e as instituições escolares públicas e privadas concretizam a utilização do preconceito e da discriminação como se não existissem.

Diante do cenário que ainda ocasiona a invisibilidade da pessoa negra no ambiente escolar, como também na utilização dos instrumentos feitos para a escolarização de pessoas, o livro didático é relevante, visto que sua produção está diretamente relacionada com o contexto social e cultural de cada época, e reflete o modelo de sociedade vigente e o modo como os dirigentes ou o grupo no poder enxergam ou não as pessoas negras.

O livro didático, bem como outros textos não verbais, promovem um processo de invisibilidade do negro e uma disparidade na representação do branco e do negro (SÁ, 2010, p. 16).

O Livro Didático como um condutor social, torna-se um instrumento de manutenção da invisibilidade da pessoa negra no ambiente escolar. A invisibilidade encontra-se em diversos ramos do Livro Didático, desde a sua linguagem verbal e por meio de suas abordagens, suas imagens e os signos que os representam. Sobre essa questão Teixeira (2009) na sua pesquisa nos mostra como este fato ocorre no sistema de signos, que são de extrema importância para a construção da identidade de cada ser:

Criar e recriar símbolos conforme os estímulos, neste sentido o livro didático poderá levar os educandos a vivenciar seus valores, fortalecer sua visão de mundo, servir como propiciador de informações e, conteúdos simbólicos usando uma diversidade de linguagens. As ações simbólicas Levando em consideração que o homem é um ser simbólico, capaz de inventar, podem provocar reações, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, portanto um bom conteúdo, desprovido de estereótipos, imagens que animam que consigam provocar no educando melhora na sua autoestima, que auxiliem na tomada de decisões, podem fazer a diferença na educação de jovens brasileiros (TEIXEIRA, 2009, p.396).

O Livro didático constitui-se uma ferramenta importante de contato entre aluno/a e professor/a, podendo desempenhar o poder sobre a vida das pessoas de acordo com o conteúdo abordado e como docentes e discentes lidam com o mesmo, no entanto, vale ressaltar que em muitos casos o livro torna-se um caminho de verdades, no qual,

não há uma análise crítica do mesmo, o que pode ocasionar em um mau uso deste material. Segundo Costa:

Enquanto principal recurso didático-pedagógico fazem-se presentes desde os momentos iniciais de escolarização das crianças, que aprendem a percebê-los como legitimadores de “verdades”, frequentemente concebidas a partir de visões distorcidas acerca dos seres humanos e das relações que estabelecem entre si e entre os grupos (COSTA, 2009, p.01).

Sobre tal questão Teixeira (2009) e Costa (2009) vem mostrar a importância e a constante presença do livro didático na vida escolar dos sujeitos, no entanto, Teixeira afirma que o livro pode mudar a vida das pessoas de forma benéfica e Costa, objetivamente, mostra o perigo da utilização do livro como verdade.

O livro didático é geralmente reportado como o maior meio de ligação entre o docente e discente, no qual, em alguns casos é fonte de análise como um trio, assim, como Silva (2008) mostra em seu trabalho e destaca o papel do professor na lida com este recurso em sala de aula.

[...] a figura do professor também é fundamental. É no convívio e inter-relação entre livros didáticos, professores e alunos é que vai acontecer, ou não, o processo que chamamos de ensino-aprendizagem (SILVA, 2008, p. 03).

Na discussão sobre livro didático Freitas e Jesus (2011) nos mostram este material como principal suporte pedagógico das escolas públicas, Leite (2010) concorda com essa afirmação e vai mais além, ao salientar que por vezes, este é o único meio utilizado pelas escolas. A respeito do livro didático Leite firma que

[...] acompanha os alunos desde o seu primeiro contato com a educação formal e se constitui no principal, e às vezes único, recurso didático utilizado nas escolas (LEITE, 2010, p. 02.).

Sabendo, desta relação, cabe aqui ressaltar que o livro didático constitui-se como um meio de construção política e social podendo ter um papel benéfico ou maléfico na vida das pessoas, uma vez que, o contato com o mesmo por ser constante, o que possibilita ou impossibilita a atuação das pessoas como agentes sociais ativos.

1.2 O Livro Didático, um transmissor de ideologia

O livro didático é [...] uma ferramenta portadora de conceito, ideologia e conteúdos formadores de opinião, podendo transmitir as ideias, intenções e desejos que seus autores querem propagar, sendo que, em muitos casos, é o único acesso à leitura de alguns alunos. Sendo assim, os livros didáticos contribuem na formação dos alunos e de sua identidade, formação esta em contínua construção (SA, 2010, p. 10).

Para a maioria dos estudantes, o livro didático é um dos principais meios de contato com o mundo da leitura e ainda possibilita uma relação estreita e constante com professores/as e alunos/as. Enquanto recurso importante no fazer pedagógico, possui caráter político, social e ideológico e nele os conceitos são construídos, uma vez que buscam sanar os desejos de determinados grupos sociais.

O Livro didático é o meio utilizado com o objetivo de representar interesses de uma determinada classe, (no caso a classe economicamente mais abastada, a elite), pois nele são estabelecidos padrões ideológicos e políticos de uma nação, tornando-se indispensável nas escolas e em muitas situações é a fonte de contato mais constante que os (as) alunos (as) mantêm com a leitura.

Desta feita, o livro didático tornou-se objeto de análise de muitos estudos, os quais buscam entender como ele é utilizado por professores (as) e alunos (as) em diferentes escolas, quais conteúdos são abordados, de que forma são passados e qual o seu valor simbólico, ou seja, dos conteúdos para a constituição dos valores sociais estabelecidos. Sobre essa questão, Branco (2010) afirma que:

O livro didático constituiu-se como objeto de pesquisa no início dos anos 1970, período em que ganhou grande notoriedade. Diversos pesquisadores buscaram analisar seus aspectos teóricos e metodológicos, mas, sobretudo, a ideologia por ele propagada (BRANCO, 2010, p. 98).

Há realmente uma necessidade de entender-se a ideologia propagada pelo livro didático, levando em conta que ele faz parte da vida de discentes e docentes ao longo da história, e tem papel de relevância na educação escolar e no processo de aprendizagem dos conteúdos.

No entanto, o sistema capitalista tem uma ligação com as aberturas dos estudos dos livros didáticos como objeto de análise e pesquisa, onde fatores como venda e lucro serviram de base para alguns trabalhos sobre o mesmo. Sua demanda

corresponde acerca da metade da produção no país, e sua influência ideológica e política são inquestionáveis. Acerca dessa questão Sá afirma que:

A sua dimensão econômica pode ser definida pelo fato de que corresponde por cerca de metade do mercado editorial brasileiro. O seu aspecto político / ideológico define-se por conteúdos que, em várias disciplinas, veiculam uma visão de mundo favorável às classes economicamente privilegiadas (SÁ, 2010, p.17).

O livro didático tem uma visão de determinada classe, as representações das pessoas negras neles expostas também são construídas a partir das ideologias das classes dominantes, que ocasionam uma visão estereotipada desta parcela da população brasileira. Os estigmas atribuídos às pessoas negras sustentam a determinação de lugares específicos a tais pessoas no âmbito social. Nesse sentido a escola tem uma participação ativa nessa construção, uma vez que, a mesma, está inserida em um meio social, e tem uma função de extrema importância na formação de cidadãos e cidadãs, ou seja, a de colaborar com a construção do pensamento. Por isso, a escola traz consigo demandas de preconceitos, estereótipos e discriminações, ou seja, na relação com a sociedade esta instituição não está livre dos problemas sociais, visto que, as pessoas que fazem parte do corpo escolar em geral (docentes, discentes, gestores, secretários, merendeiras, vigilantes e outros), são seres que tem certa visão de mundo e seus conhecimentos e ideais são carregadas dentro e fora das escolas.

Existe uma relação habitual entre professores/as, alunos/as e o livro didático, ela é exposta tão comumente que na maioria das vezes em que são disponibilizadas imagens de estudantes ou docentes (com o objetivo de homenageá-los ou coisas desse segmento), ambos são representados com os livros nas mãos, ou seja, o próprio livro tornou-se indissociável da imagem que temos do que é ser professor/a ou aluno/a. Tendo em vista que, o livro didático constitui-se como um dos principais instrumentos pedagógicos, vale salientar, que o mesmo, tem um papel de extrema importância para a construção da identidade dos discentes, possibilitando que o mesmo se entenda e ao outro.

Cada ser tem sua identidade em efetiva construção, a partir disso, busca-se aqui entender como o livro didático por meio de suas ideologias faz parte desta construção; este recurso pedagógico tem uma marca importante em sua história que foi a construção de um programa específico para legisla-lo no âmbito nacional, no Brasil.

A proposta de regulamentação para a produção e a distribuição de livros didáticos nas escolas surge na década de 30, época em que se buscou desenvolver no Brasil uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico. Foi nessa época que se consagrou o termo 'livro didático' entendido até os dias de hoje como sendo, basicamente, o livro adotado na escola, destinado ao ensino, cuja proposta deve obedecer aos programas curriculares (SA, 2010, p.18).

O programa destinado a legislar e regulamentar a produção e a distribuição do livro didático chama-se Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ao longo de sua criação recebeu diversas nomenclaturas e formatos e foi influenciado pelos períodos históricos perpassados.

A CNLD foi criada no período do Estado Novo, isto é, em um momento político autoritário, bastante marcante e polêmico que buscava garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional. Era tarefa de aquela comissão controlar a adoção dos livros assegurando que eles atendessem aos propósitos de formação de certo espírito de nacionalidade, o que fez com que os critérios para as avaliações dos livros valorizassem muito mais aspectos político / ideológicos do que pedagógicos (SA, 2010, p.18).

Ainda sobre essa questão SA (2010) vem nos mostrar como foi à inserção do livro didático no período da Ditadura Militar no Brasil:

Já durante os anos sessenta, sob o regime militar, estabeleceu - se pelo acordo MEC/USAID (entre o governo brasileiro e o americano), a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) mudando, em muitos sentidos, a orientação da política do livro didático no Brasil. Este acordo incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos MEC/USAID tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano no sistema educacional brasileiro. A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil (SA, 2010, p. 19).

Desta feita é percebido que o livro didático tem seus conteúdos estabelecidos a partir de interesses próprios de determinadas classes que tem maior poder social, assim o mesmo acaba por prejudicar uma parcela da população em detrimento das outras com base em suas ideologias, sobre tudo a pessoa negra, visto

que, estes foram constantemente excluídos, ocultados e marginalizados perante a sociedade brasileira.

O Livro didático acaba muitas vezes passando a ideia de seus conteúdos como verdade e levando em consideração o seu caráter ideológico universal e eurocêntrico, este acaba dando alicerce para a manutenção das discriminações para com a pessoa negra, possibilitando uma situação que a desfavorecem, e dificulta a sua integração na sociedade.

Associada a isso, está o mito da democracia racial, e a teoria do branqueamento, estes dois fenômenos sociais e políticos dão suporte ao racismo à brasileira, e são mecanismos utilizados há muito tempo para a manutenção do racismo no Brasil e impossibilitam a verdadeira inserção da pessoa negra na sociedade como agente ativo.

Por extensão, perdura o comportamento da não aceitação do racismo, e a ocultação desse fato, apenas serve para sua proliferação dentro do ambiente escolar.

Logo, a manutenção ou não do racismo e sua proliferação depende da relação entre professores/as, alunos/as negros/as e brancos/as, visto que os/as professores/as têm um papel fundamental no processo de rompimento das ideologias que traçam e mantêm a discriminação, o preconceito e o racismo nos livros didáticos. O papel dos/as professores/as no uso do livro didático em sala de aula é deslegitimá-los como reprodutores de verdade e analisá-los sempre de forma crítica levando em consideração a realidade social e cultural de cada aluno e aluna e respeitando a legislação estabelecida.

Com base nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, é obrigatória a inserção da história e cultura afro brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Essa medida é uma iniciativa de transformar a educação em uma educação democrática e plural. Para tanto, é necessário à utilização de novas práticas pedagógicas que valorizem a cultura de cada povo e visem que o conhecimento plural é o único meio para a construção de escola cidadã.

Logo, essa lei exige dos/as professores/as atenção quanto ao uso do livro didático em sala de aula, uma vez que não basta que as pessoas negras estejam representadas em livros didáticos, faz-se necessário que os profissionais da educação atentem para os tipos de representações no sentido de perceber se elas superam ou não os estereótipos historicamente consagrados às pessoas negras e suas culturas; muitas pesquisas foram desenvolvidas em torno desse tema, ou seja, voltada para o livro

didático como um objeto de estudo mesmo bem antes das leis 10.639/2003, e 11.645/2008, uma vez que, as primeiras correspondem ao ano de 1950 e teve como pioneiro Dante Moreira Leite, mais recentemente essa questão é discutida por diversos autores, tendo como fonte os livros didáticos de diversos componentes que compõem a grade curricular escolar, como Silva (2008), *Racismo em Livros didáticos: estudo sobre o negros e brancos em livros de língua portuguesa*, este trabalho, teve como recorte o período de 1975 e o ano de 2003, ano em que a Lei 10.639/2003 entrou em vigor. Nesse trabalho o autor, traz a tona como o campo da ideologia reforça o racismo no ambiente escolar por meio do livro didático, no discurso utilizado por ele que transpassa os muros da escola e adentra a sociedade, no entanto, o mesmo, destaca o ano de 2003, devido a política pública destinada a obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro brasileira e africana, (A lei 10.639/2003).

Nessa linha de análise os pesquisadores Santos e Nogueira (2002) em *Análise do discurso e a representação do negro no livro didático*, destacam a ocultação da representação do negro no livro didático; em *Raça e Etnia no livro didático de Geografia: perspectiva para o ensino das relações étnico raciais*. Mota (2011) mostra como a imagem da pessoa negra é estigmatizada nos livros pesquisados de geografia, tendo sua imagem na maioria das vezes atrelada a questão da escravidão; Rodrigues, Vilela e Cerqueira (2006/2007) em *Representações da África e da população negra no livro didático de geografia*, têm como fonte de pesquisa livros dos anos de 1994 e 2002. Ambos percebem com o negro esta representado de forma estereotipada e a África como selvagem; Freitas e Jesus (2011), mostra em *A população negra brasileira: reflexo e imagem no livro didático*, que a imagem da pessoa negra no livro didático passa por etapas por vezes de negação e outras de inferioridade; Silva (2008), retrata como a representação da pessoa negra é utilizada de forma negativa nos livros didáticos de história em seu trabalho, *Imagens da escravidão e negro em livros didáticos de história*; Ribeiro e Menegassi (2006) em *A representação social do afro descendente no livro didático de língua materna*, possibilita o entendimento de que os livros didáticos não são capazes de representar a diversidade cultural do Brasil.

Todos esses estudos demonstram como as imagens do negro estão de certo modo sempre sendo utilizada, como forma que vem a prejudicar a pessoa negra em nossa sociedade, visto que, o discurso de inferioridade, a negação, a ocultação, o silêncio, o estereotipo possibilita apenas a manutenção do racismo no ambiente escolar e em toda sociedade brasileira, tendo como prova real nosso cotidiano, no qual a

maioria da nossa população negra e parda correspondem ao subemprego e a parte marginalizada do nosso país, no qual a ideologia transmitida pelo livro didático com base nos autores citados anteriormente tem uma parcela importante para o quadro em que se encontra a população negra brasileira.

Nesse sentido a Lei 10.639/2003 não tornou concreta a inserção da diversidade cultural do Brasil em sala de aula, quando obrigou as escolas a inserirem no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro brasileira e africana. Por isso, foi promulgada a Lei 11.645/2008 que inseriu também a história e cultura indígena, porém, o cenário não teve grandes modificações, mas, vale salientar que esse evento abriu um caminho que torna possível um olhar direcionado a essas partes específicas da população, onde os profissionais da educação tem um papel de extrema importância para a quebra de hierarquias construídas ideologicamente e a construção de novas práticas pedagógicas.

CAPÍTULO II

A LEI 10.639/03 E A ESCRITA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

2.1 A Lei 10.639/2003: avanços e permanências

O esforço pela universalização do ensino em nosso país não garantiu a qualidade sonhada por todos que compartilham ideais democráticos, mas levantou questionamentos sobre a possibilidade de inserção de temática que favoreçam os mais variados grupos dentro do contexto escolar, tornando-se desafio para educação (OLIVEIRA; JUNIOR, p.01, 2012).

A implementação da Lei Federal 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas brasileiras, esta lei veio tornar-se realidade depois das diversas manifestações e luta dos movimentos sociais negros e movimentos docentes em defesa da educação, ou seja, educadores/as e militantes da questão étnico-racial. Essa lei alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) de nº 9.394/96, uma vez que acrescentou o artigo 26 A e este a obrigatoriedade de as escolas públicas e privadas que compõem o sistema educacional brasileiro de incluir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. O objetivo da alteração feita na LDB com a promulgação da Lei 10.639/2003, fora quebrar o silêncio em torno das questões étnico-raciais, assim como, proporcionarem relações mais igualitárias no ambiente escolar.

Por ser a escola uma instituição social e política que está inserida em um meio social e cultural e desempenha uma função de extrema importância na vida das pessoas, e é composta também de todos os dilemas existentes na sociedade, a exemplo do machismo, sexíssimo, e do racismo não pode se furtar a implementação da Lei 10.639/2003. Nesse exercício os agentes, a exemplo dos professores/as e gestores/as que fazem a escola são relevantes na implementação dos conteúdos demandados por essa lei. Apesar do papel importante de professores/as e gestores/as nesse processo, nem sempre a formação que estes receberam contemplou a história e cultura afro-brasileira e africana.

No geral professores/as e gestores/as formados antes de 2003 receberam uma formação eminentemente eurocêntrica, que silenciou as questões étnico-raciais ou até, as menosprezavam, e ainda negativavam tudo o que estava relacionado à cultura

afro-brasileira e africana, o que fazia com que a imagem dessa população fosse utilizada em sala de aula de forma pejorativa.

Logo, o desafio que se coloca para professores/as e gestores/as é a mudança desse cenário quando a maioria não teve acesso à história e cultura afro-brasileira e africana durante a formação nos cursos de licenciatura que fizeram?

Por isso, a implementação da Lei 10.639/2003 diz respeito também à necessidade de formação docente, como também, a produção e disponibilidade de material didático necessário às práticas cotidianas em sala de aula. Assim como fica estabelecido nas diretrizes curriculares:

Com o intuito de viabilizar a implementação da lei, são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 10 de março de 2004. Nos seus apontamentos, as diretrizes atentam para o fato de que “estas condições materiais das escolas” e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (Diretrizes Curriculares) (BRASIL, 2013).

Desta forma, a formação de professores/as torna-se fundamental, no entanto, esta necessita ser contínua e respeitar a necessidade de cada localidade, buscando uma nova prática voltada a contemplar a realidade escolar, não se limitando apenas a inserção de conteúdos, mas, que tenham o compromisso de formar seres pensantes que tenham a capacidade de se entender como parte dessa sociedade diversa, sendo assim, a quebra de paradigmas pré-estabelecidos é o caminho mais promissor a seguir, tendo que refletir a questão do currículo consagrado como verdade utilizado pela nossa educação, uma vez que, os conteúdos que compõem tal currículo, ultrapassam os muros das escolas para adentrar a sociedade.

O currículo fora construído ao longo do tempo, de acordo com as diversas culturas, com o objetivo de fundir conteúdos para serem utilizados como base em um ambiente propício, ou seja, a escola. No entanto, diante desse processo, como foi posto nesse trabalho anteriormente, este acabou por privilegiar uma parte da população, tendo, o currículo uma base eurocêntrica muito forte, em detrimento das demais culturas. Acerca dessa questão Santos afirma que:

Compreendo currículo como um conjunto de culturas que se entrelaçam no ambiente escolar com o intuito de legitimar as diferentes formas de construção do conhecimento, mesmo que nesse processo se considerem alguns conhecimentos mais válidos que outros (SANTOS, 2010, p. 16).

Diante desse fato, vale salientar que a inclusão ou a exclusão de conteúdos no ambiente escolar acaba por reforçar a disparidade entre pessoas negras e brancas na sociedade, sendo assim, faz-se necessário também pensar a prática e voltar à teoria, pois a junção teoria e prática é o caminho para a construção de uma educação mais saudável.

As práticas precisam de teorias que possam esclarecer e orientar o *que*, o *como* e o *para que* da atuação dos indivíduos para responder aos seus objetivos, as quais devem possibilitar à todos, dependentemente, do gênero, etnia, raça e classe social, ter acesso a conhecimentos que permitam transformar a si e a sua realidade (SANTOS, 2010,p.18).

Na busca pela construção de conhecimento, teoria e prática são indissociáveis, no entanto, pensando a formação dos profissionais que compõem a educação, sabe-se que mesmo depois da lei 10.639/2003 a maioria das licenciaturas não possui esse conteúdo nas suas grades curriculares. No estado da Paraíba as universidades públicas UEPB, UFPB e UFCG possuem no currículo das licenciaturas, componentes curriculares relativos a temática afro-brasileira e africana, conforme afirma Chagas:

[...] os cursos de Licenciatura existentes no estado, com exceção do curso de História da UEPB, onde a disciplina História da África é obrigatória desde 1999, e o da UFPB, e UFCG onde recentemente essa disciplina passou a ser obrigatória, não se tem notícia dessa matéria em outras licenciaturas em funcionamento no estado (CHAGAS, 2008, p.02).

Fato crucial para a não efetivação dos conteúdos que pertencem à cultura afro-brasileira em sala de aula, todavia, vale ressaltar que “cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula” (BRASIL, 2013). Portanto, quando as instituições universitárias não têm esse compromisso, abre a possibilidade para a negação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula, visto que são essas instituições que formam os/as professores/as que atuam na educação básica.

Ainda sobre essa questão, salienta-se que, mesmo quando as universidades possuem alguns componentes que trazem a temática da cultura afro-brasileira, a perspectiva desses cursos segue uma base na qual se valoriza a cultura europeia. Assim como Chagas (2008) identificou na UEPB. Nessa universidade temos nos currículos dos cursos de História e Letras componentes como História da África, Literatura Afro-brasileira e Literatura Africana de Expressão Portuguesa, no entanto, a base desses cursos ainda é a eurocêntrica.

Os professores universitários ou não, ainda estão se adaptando ou incorporando os conteúdos afro-brasileiros, uma vez que estão passando pelos mesmos processos que são advindos da sociedade. Assim como Gomes vem acentuar:

O professor (a) é sujeito cultural e social e não está imune aos efeitos negativos dos estereótipos inferiorizantes (sic) direcionados aos africanos (as) explanados nos livros de História. Torna-se assim necessário, então, uma desconstrução de conceitos que foram incorporados na educação brasileira e a elaboração de outros paradigmas (GOMES, 2003, p. 160).

Essa construção, fez com que docentes e discentes tragam consigo uma imagem fixa da África e do seu povo, “no geral, ambos os segmentos têm uma visão homogênea da África como terra de pretos e de escravos, onde tudo é igual e, durante um longo período, persistiu a incivilidade” (CHAGAS, 2017, p. 03).

No processo da efetiva inserção da Lei 10.639/2003 nas escolas, muitos profissionais nessas instituições apresentam resistência, o que faz com que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana ainda não faça parte da realidade curricular e das práticas cotidianas de professores/as em muitas escolas. No geral nas escolas professores/as e gestores/as escolhem uma data específica para tratar da temática, como por exemplo, o dia 20 de novembro e assim, considera-se estar pondo em prática o que obriga essa lei, quando esta afirma que a história e a cultura da população negra faça parte do currículo escolar, assim como a cultura europeia faz parte e é trabalhada frequentemente durante os quatro bimestres. Como se vê na lei exposta abaixo, que obriga a inserção de determinados conteúdos são bem explícitos.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescidos os seguintes artigos. 26-A 79-A e 79-B: “Art. 26-A”. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3º (VETADO).

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

O segundo parágrafo da Lei 10.639/2003, possibilita confusão entre professores/as, pois, especifica as áreas do saber, como Educação Artística, Literatura e História do Brasil, como áreas responsáveis pelo ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, embora antes afirme que tal ensino se fará no âmbito do currículo escolar, conforme exposto.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Na compreensão de muitos/as professores/as os profissionais das demais áreas do saber estão desresponsabilizados de ensinar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, o que não procede, uma vez que, cabe aos docentes de todos os componentes a obrigatoriedade de ensinar tal conteúdo. Sobre essa questão Branco afirma que:

A Lei entrou em vigor como um aditivo à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, norma que há mais de quinze anos rege todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Em síntese, ela determina a implementação do ensino de “história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional”. O conteúdo deve ser agregado às disciplinas curriculares e não apenas à educação artística e à história do Brasil. (BRANCO, 2010, p. 118).

Ainda sobre essa questão Júlio trás a tona, a falta de compromisso por parte de alguns profissionais da educação. De acordo com esse pesquisador.

É observada a falta de interesse por parte de muitos gestores, professores e demais componentes de equipes pedagógicas, na efetivação da discussão das questões raciais e aplicação da lei. Por vezes, o debate sobre estas ideias só acontecem em comemoração ao dia 13 de maio e ao dia 20 de novembro, não aprofundando o conhecimento sobre a história afro-brasileira (JÚLIO, 2016, p. 47).

Outro ponto que se deve levar em consideração é que em muitos casos ainda a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira é desconhecida por professores/as e gestores/as. Essa realidade evidencia que esses profissionais não passaram por uma formação, ou mesmo muitos que passaram não atentam para a questão como algo relevante, pois, há muitos desencontros entre a lei e a realidade das escolas brasileiras.

Porém, há certa culpa de parte da instancia superior, ou seja, o MEC que não fiscaliza; esse órgão apenas tem o compromisso de colocar as leis no papel, mas, não buscam alternativas para fazer cumpri-las. Assim “o Estado e os municípios, através da secretaria de educação ainda não se pronunciaram no sentido de fazer valer o que preconiza as diretrizes” (CHAGAS, 2008). Ainda sobre essa questão Chagas afirma que:

Frente à omissão do Estado na aplicação da lei 10.639/2003, o que incidiria na efetivação de uma política de formação docente acerca das relações étnico-raciais no estado da Paraíba, os professores (as) em parte vem cumprindo seu papel. Para tanto, tem recorrido ao Movimento Negro, cujos militantes ou coordenadores (as) de entidades negras, não tem se furtado a colaborar, possibilitando-lhes materiais ou indo as escolas fazer palestras sobre o racismo, cultura afro-brasileira e a história da África, independente dos dias 13 de maio e 20 de novembro (CHAGAS, 2008, p.03).

Portanto, os meios pelos os quais a lei vem sendo cumprida ou introduzida não são institucionais, tendo apoio fundamental da militância do Movimento Negro, não obstante, e independente de quais vias venha a torna-se realidade, sua concretização é de suma importância para uma educação que busca formar cidadãos/a que entendam que fazem parte de uma sociedade democrática, “uma sociedade efetivamente democrática não pode ser construída sem o repensar sobre a questão racial, uma vez que somos o maior país em população negra fora da África” (NUNES, 2010, p.10).

Apesar dos diversos dilemas em torno da efetivação da Lei 10.639/2003, sobretudo, por ela por a obrigatoriedade, houve avanços significativos e uma

preocupação mais concreta no que diz respeito à situação da pessoa negra na sociedade brasileira, prova deste fato foi a criação de uma secretaria específica voltada para essa questão, a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). A criação desta secretaria foi uma forma de o Estado brasileiro reconhecer na sociedade a existência da desigualdade não apenas social, mas, também racial, fato de muita importância, pois, apenas faz-se possível a solução de qualquer problema após o reconhecimento de sua existência, porém, esse fato torna-se apenas um dos muitos impulsos em torno dessa questão para a construção de uma sociedade igualitária entre todas as partes que compõem o Brasil.

Contudo, vale salientar que há a introdução dos conteúdos em várias salas de aulas, mesmo que por vezes seja de forma isolada, ou seja, por apenas uma professor/a, como algo aparte do currículo ou mesmo com certa sintonia entre os pares que fazem parte da escola, estes assuntos tem maior visibilidade na atualidade do que anteriormente.

Sabe-se que a diversidade étnica do Brasil é inquestionável e a valorização deste fato deveria também fazer parte da realidade das políticas públicas, porém, a desigualdade impera na sociedade e este fato inclusive faz parte da realidade das escolas públicas e está posto, sobretudo, no currículo escolar, quando os livros didáticos também trazem uma perspectiva eurocêntrica de história e cultura, o que desrespeita a Lei 10.639/2003, fazendo com que professores/as levantem alguns questionamentos. Por que os autores/as dos livros didáticos, não rompem com as culturas europeias? Por que as histórias da África não aparecem nos livros didáticos? Por que no livro didático a pessoa negra não é representada como intelectuais ou cientistas? Que uso se faz da imagem da pessoa negra no livro didático?

Para essas questões não se tem respostas direcionadas, contudo, vale evidenciar, que de acordo com o Ministério da Educação todos tem a garantia ao direito de aprender, porém, de que modo se dará esse aprendizado? Esse é um dos fatores principais a se tratar, visto que, mesmo que se trabalhe a história e cultura negra nas escolas, mas, de que forma ela está sendo direcionada? Nos últimos tempos, há muita discussão em torno da temática étnico-racial, sobretudo quando se pensa em currículo, cultura ou educação inclusiva, mas, tudo isso não terá relevância alguma, se a metodologia utilizada para se trabalhar com esses conteúdos não venha a ressaltar a valorização da população negra, na qual, faz necessária uma capacitação sólida para o ensino, onde professores/as e gestores/as tenham oportunidade e compromisso de uma

formação que possibilite maior competência profissional. No entanto, para uma educação realmente voltada para o respeito à diversidade há muito caminho a percorrer. Acerca dessa questão Chagas alega que:

“Todavia, a efetivação da educação das relações étnico-raciais é muito mais do que a inclusão de componentes curriculares nos cursos de licenciatura e de conteúdos no currículo da escola da educação básica. A efetivação de fato dessa modalidade de educação passa pela mudança dos paradigmas com que os docentes trabalham, e fundamentam seu fazer pedagógico, o que incide na valorização das pessoas negras, suas histórias e culturas. Isso representa muito mais do que incluí-las no currículo escolar e na prática docente. Ou seja, é muito mais do que incluir conteúdos numa ou noutra área do conhecimento. Exige do corpo docente mudança no olhar sobre as pessoas negras, de modo que as experiências de vida e práticas culturais destes sejam respeitadas nas universidades e escolas, haja vista elas serem carregadas de saberes que nem sempre estão contemplados no currículo dos cursos e no fazer dos docentes e estudantes da escola da educação básica (CHAGAS, p.05 2014).

Enfim concretizar a lei 10.639/2003, não é uma tarefa fácil, mas, de suma importância, pois, este é o único meio pelo qual existe a possibilidade de se criar uma educação de respeito e valorização da pessoa negra, branca, parda, indígena e todos os povos que compõem a população brasileira. Na educação étnico-racial a diversidade não é um caminho para a desigualdade, a segregação, a marginalização, a discriminação, a pobreza e o racismo.

CAPÍTULO III

A IMAGEM DA PESSOA NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO

3.1 A Imagem e a construção do ensino-aprendizagem

A utilização da imagem no livro didático no processo de ensino aprendizagem tem uma importância muito significativa, uma vez que, o primeiro contato direto ao ver o livro é com a imagem exposta no mesmo, possibilitando dessa forma, uma primeira leitura dos alunos/as sobre qualquer conteúdo que venha a ser exposto no livro didático.

Sendo assim, o livro didático aparece como um importante instrumento pedagógico usado na escola sistematicamente, e torna-se referência para os discentes. Segundo Melo (1997), é ainda a principal fonte de informação impressa utilizada por uma parte significativa de professores e alunos no Brasil. Além do mais, ele traz em meio aos seus conteúdos, valores morais, éticos, sociais e culturais. De acordo com (FONSECA, 1999, p.204).

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos (FONSECA, 1999, p.204).

Com base nesse pressuposto, este capítulo se propõe a analisar livros didáticos de História, destinados ao ensino fundamental I. Foram analisados os seguintes livros: **1) História: interagindo e percebendo o mundo**, escrito por Nemi e publicado em 1999; **2) Novo Girassol: saberes e fazeres do campo**, escrito por Tânia Moraes e Suely Almeida, publicado em 2014. Tais obras didáticas foram analisadas na perspectiva de identificar se a imagem da pessoa negra que vem sendo exposta está em consonância com a Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares da educação básica e se fogem aos estereótipos com que geralmente pessoas negras são representadas.

Ao analisar as imagens dos livros didáticos foram contempladas as seguintes categorias: trabalho e vida social. Na categoria trabalho se levou em consideração a classificação: trabalho doméstico, agrícola, e urbano. Na categoria vida social, se buscou perceber como homens, mulheres e crianças negras são representados/as no cotidiano da cidade

Na coleção “**Novo Girassol: saberes e fazeres no campo**” foi analisado o livro do 5º ano do ensino fundamental I, esse livro foi publicado após a lei 10.639/03. Anterior à referida lei foi analisado o livro “**História: integrando e percebendo o mundo**”, especificamente o da 4ª série (denominado desta forma no ano de 1999), Porém, corresponde à série 5º ano na atualidade.

As imagens do livros didático “História: integrando e percebendo o mundo” antes da Lei 10.639/2003

Imagem I



Fonte: NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. Novo Tempo: história e geografia, 1999,p.68.

Esta imagem mostra as condições em que as pessoas negras eram transportadas da África para o Brasil. O cenário representa a força do homem branco sobre o homem negro na escravidão, onde, fica explícito a sujeição do homem negro em relação ao branco, na qual, o homem negro aceita passivamente sua condição de escravo como um simples receptor de informações. Essa imagem fica exposta no oitavo capítulo do livro de título: Africanos no Brasil há muito tempo, em uma parte onde vai se trabalhar a questão da escravidão como forma de trabalho e o castigo, sobre essa questão do trabalho Perussato nos trás a seguinte questão:

Nessa perspectiva, a subjetivação da condição de coisa pelo escravo fez com que este apenas espelhasse “passivamente os significados sociais impostos pelos senhores”, em outras palavras, o negro era visto como um indivíduo inabilitado à ação e pensamento autônomo e mero receptor dos valores e normas senhoriais (PERUSSATO, 2007, p. 10).

Dessa forma a visão que se tem do negro é simplesmente de um ser passivo e que tinha uma condição natural de sua posição social, “o negro entra na sociedade brasileira como uma cultura dominada e esmagada”. (BRANCO, 2010, p.114).

Esta imagem a seguir, também é referente ao período da escravidão, porém, com um destaque, pois, existe dois homens negros, um como capitão do mato e outro como escravo, com essa é possível perceber o homem negro como também um ser que fazia parte dos dois lados da esfera social, no entanto, vale ressaltar que em ambos, tinha como chefe um homem branco, cabendo ao ser negro mesmo quando em uma posição de destaque, no entanto sempre havia o branco no topo, porém a pessoa negra teve uma participação ativa na construção da história do Brasil, apesar que “Na nossa história oficial, como nos livros didáticos da história do Brasil, não há o reconhecimento do valor como construtor e participante da vida Brasileira”.(BRANCO, 2014,p.104).

Imagem II



Fonte: NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. Novo Tempo: história e geografia, 1999,p.77.

Diante desses fatos, a pessoa negra no contexto social, cabe o papel apenas de mão-de-obra no livro didático, e quando o mesmo abordado a ideia de família, essa imagem é representada por pessoas brancas.

Imagem III



Fonte: NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. Novo Tempo: história e geografia, 1999,p. 91.

Desta forma, as imagens que foram expostas acima antes da Lei 10.639/2003, tinham apenas a preocupação de expor a pessoa negra apenas a coisas ligadas a escravidão, fato que apenas assegura o papel do negro/a na sociedade de forma secundária, dando respaldo, para a não identificação ou mesmo a não aceitação da pessoa negra como um ser ativo social, sendo assim a escola acaba por contribuir com a permanência desse cenário social, onde fica entreposto, que apenas se faz possível a pessoa negra alcançar um patamar mais elevado socialmente necessite negar com sua cultura. Sobre essa questão Júnior afirma que:

O embranquecimento está presente na questão da identidade do negro no Brasil. É como se à medida que o negro estuda ou ascende socialmente tivesse necessidade de negar sua negritude. (JÚNIOR, 2010,p.147).

Imagens do livros didático “Novo Girassol: saberes e fazeres no campo” depois da Lei 10.639/2003

A imagem a seguir expõe uma mulher negra, como cozinheira, uma baiana fazendo pratos típicos da sua localidade, ou seja, este livro já trás um diferencial em relação ao anterior, utilizando a imagem da pessoa negra não mais fazendo referencia

apenas a escravidão, porém, os mesmos são expostos em uma posição de inferioridade ou em um cargo onde não possuem grande relevância social. Este fato, acaba por reforçar no imaginário das pessoas o lugar de inferioridade dedicado a pessoa negra na sociedade.

Imagem IV



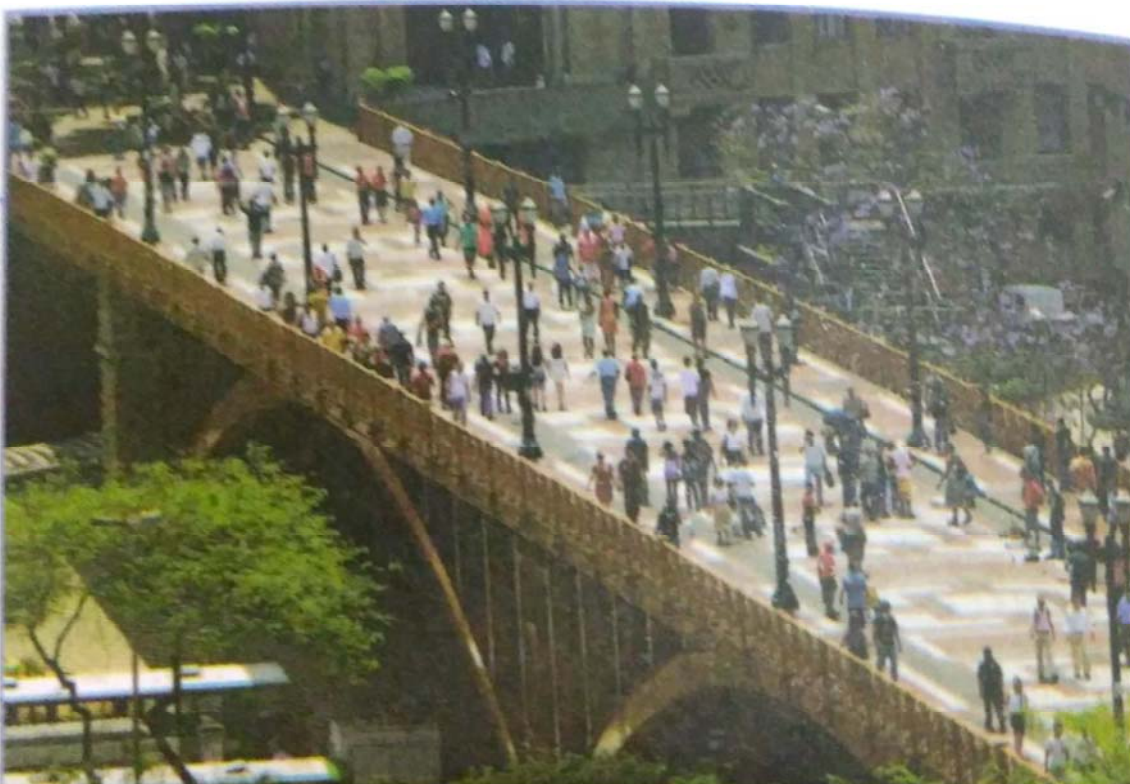
Fonte: FIGUEIREDO, Tânia Maria Neves; MIRANDA, Suely Almeida Porto. Novo girassol saberes e fazeres do campo. 2012, p. 162.

Diante disso percebe-se que ainda existe uma dificuldade em vê o negro/a como ser integrante da sociedade. Sobre essa questão Teixeira afirma que:

Na realidade, há uma dificuldade em reconhecer o negro como sujeito integrante, personagem significativo, construtor da história do país, no que diz respeito a base econômica, cultural, social, política, do passado e do presente. (TEIXEIRA, 2009, p. 401).

Ou seja, a sociedade ainda não consegue reconhecer a importância e a contribuição dos afro-brasileiros para a construção do Brasil, nesta o negro dentro do contexto social é sempre exposto de forma secundária.

Imagem V



Fonte: FIGUEIREDO, Tânia Maria Neves; MIRANDA, Suely Almeida Porto. Novo girassol saberes e fazeres do campo, 2012, p. 160.

Essa imagem representa o convívio social na cultura urbana, mostra um aglomerado de pessoas circulando, faz referência a população numerosa e diversa do Brasil, no entanto, diante da construção da história do povo brasileiro, a valorização de apenas um povo(europeu) que ocasiona a não valorização da diversidade, e que venho a prejudicar sobre tudo a população negra. A cerca dessa questão Júnior faz a seguinte observação:

O etnocentrismo, em um país formado por vários grupos étnicos é negador da identidade nacional. O negro seria um dos mais prejudicados diante de um conjunto de situações onde sua cultura é considerada inferior ou é negada.(JÚNIOR,2010,p.147).

Diante dessas exposições, vale salientar que Tanto antes da Lei 10.639/2003 como também depois, a imagem da pessoa negra sempre foi utilizada na estrutura do livro didático, no entanto, a forma ao qual a mesma era inserida que é a questão, pois, na maioria dos casos, com relação ao livro anterior a Lei, a exposição dessa parte da população era como escravo, deixando de lado sua participação como um ser atuante da sociedade e sua contribuição para a construção da história do Brasil e geral, vale ressaltar, que o professor/a desempenha uma função fundamental para desmistificar os conceitos consagrados pelo currículo escolar estabelecido, pois, é apenas com essa quebra que será possível a concretização da Lei e a efetivação de uma educação mais igualitária.

Considerações Finais

Até hoje a população negra encontra-se em situação de desvantagens quando comparada a população branca, uma vez que no acesso a educação as pessoas negras têm um déficit significativo quando comparadas as pessoas brancas. Essa realidade não é decorrente do baixo nível intelectual das pessoas negras, mas do histórico processo de exclusão da escola a que foram submetidos.

Assim, faz-se necessário mostrar como a criança negra e a escola se relacionam, na qual esta instituição acaba por difundir preconceitos e estereótipos impostos socialmente e naturalizados pelo senso comum, que por consequência ocasiona uma deficiência no sistema educacional, ao assumir esse problema a escola acaba quebrando o mito da democracia racial, afirmando a existência do racismo no Brasil.

Tendo em vista que o currículo, assim como o material didático são instrumentos que pode contribuir decisivamente para a introdução no imaginário de alunos e alunas para a reprodução de preconceitos e estereótipos, onde a historia da população negra nos livros didáticos são abordadas pela visão do outro, ou seja, com bases europeias, no Brasil atualmente existe ainda a valorização do branco e da cultura europeia, vale salientar, que esta valorização acaba por excluir o direito a uma educação que prevaleça o respeito e o direito a identidade como pessoa, onde a criança negra perde os vínculos com a escola por não se identificar com esse ambiente, e ela torna-se um ser despercebido, que passa a reproduzir ou imitar o comportamento da população branca ou mesmo anula-se diante desse cenário.

Desta feita, a ideologia do branqueamento vem a tona, uma vez que, a criança negra passa vê-se de forma negativa e a imagem representada pelo o outro de forma positiva, ou seja, a presença de estereótipos e preconceitos cristalizados no ambiente escolar, acaba por excluir e estigmatizar a imagem da pessoa negra na sociedade, causando danos não apenas para a população negra, mas também para as demais que compõem a nação brasileira, esse que são privados de conhecer e reconhecerem-se como seres integrantes de uma cultura diversa, que não legitimam a superioridade ou inferioridade entre os povos, mas sim, que formam uma cultura completa.

A instituição escolar, ainda não dispõe de métodos adequados para a eliminação dos elementos que causam a invisibilidade da criança negra, no entanto a com a inserção e conseqüentemente a aplicabilidade da historia e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, por meio da lei 10.639/2003 é o caminho, uma vez que,

a criança negra tem a possibilidade de conhecer e reconhecer uma parte da sua história, fazendo assim possível uma educação mais aberta a diversidade cultural e respeitando as particularidades da mesma, abandonando o padrão eurocêntrico do currículo tradicional, permitindo a construção de uma escola mais democrática voltada para o exercício da cidadania, pois, a construção de Brasil democrático apenas será possível com o respeito a diversidade.

Referências

CHAGAS, Waldeci Ferreira; NUNES, Cícera; SANTOS, Risomar Alves dos. A Educação das relações Étnico-raciais na prática e na formação docente. In: **Anais do XV Endipe**. Belo Horizonte: 2010.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Formação docente e cultura afro-brasileira. In: **Revista África e Africanidades**. Nº 3, Nov., 2008.

_____. O teatro de bonecos: uma metodologia de inserção da história das populações negras na sala de aula. In: **Revista África e Africanidades**, n. 8, fev., 2010.

_____. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. In: **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 1-20, jan./mar., 2017.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Imagens e representações dos negros nos Livros Didáticos e no Cinema Brasileiro. In: **Revista Ameríndia**. v.8, n.1, maio, 2010.

MATTOS, Tatiane Pacheco; BARROS, Priscila Maria de; NASCIMENTO, Alexandre do. Valorizando a Beleza afro-brasileira na escola: desafios e descobertas. **Revista África e Africanidades**. Ano 7, n. 19, abril, 2015.

MOTA, Edimilson Antônio. Raça e etnia no livro didático de geografia: perspectivas para um ensino da educação das relações étnico-raciais. In: **IX Congresso Luso afro brasileiro de ciências sociais**. Salvador, 07/10, agosto, 2011.

FREITAS, Madalena Dias Silva; JESUS, Natal Ferreira. **População negra brasileira: reflexão e imagem no livro didático**. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. Goiás: 2011.

OLIVEIRA, Leila Beatriz de Sá; CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. A importância da lei federal nº. 10. 639/03. In: **Revista África e Africanidades**. Ano 4, n. 16/17, fev./ mai., 2012.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. **A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental**: uma primeira análise. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Departamento de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. **Educação, escolarização e identidade negra**: 10 anos de pesquisa sobre as relações raciais no PPGE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, José Alexandre da. Imagens da escravidão negra em livros didáticos de história. In: **Revista da ANPUH/PR**. Nº 21 /24, Maio, 2008.

Silva, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TEIXEIRA, Rozana. **A representação social do negro no livro Didático de história e Língua portuguesa**. IX EDUCERE- Congresso Nacional de Educação. Paraná: 2009.

Fontes: Livros Didáticos

FIGUEIREDO, Tânia Maria Neves; MIRANDA, Suely Almeida Porto. **Novo girassol saberes e fazeres do campo**, 5ºano- 1. Ed.- São Paulo: FTD, 2012.

NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. **Novo Tempo**: história e geografia, 4ª série. São Paulo: Scipione, 1999.